

Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

CCAUBE
PERNAMBUCO
CONSELHO CONSULTIVO
DO AUDIOVISUAL
DE PERNAMBUCO

REUNIÃO VIRTUAL DO CONSELHO CONSULTIVO DO AUDIOVISUAL DE PERNAMBUCO

No dia 23 de dezembro de 2025, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco (CCAUBE). Presentes à reunião, a secretária do Conselho, **Maria Samara (Secult-PE)** e os seguintes Conselheiros (as) Titulares do CCAUBE: **Maria Laura da Silva Castor; Aline Souza da Silva; Cynthia Gomes Falcão; Marlon Meirelles Silva; Maurício Corrêa da Silva; Clarice de Melo Andrade.** Conselheiras (os) Suplentes do CCAUBE: **Antônio Marcos Gomes de Carvalho e Milena Times de Carvalho.** PAUTA: Devolutivas do Funcultura 2024/2025, apresentação das linhas gerais do Edital 2025/2026 e informes sobre outros mecanismos de fomento (LPG, Arranjos Regionais e Programas de Formação/Difusão). **Maria Samara** deu início à reunião, dizendo que a primeira pauta será referente as devolutivas do Funcultura. Então, iremos começar por Clarice e Lucas Nunes, que estão aqui representando o Funcultura, onde o Lucas terá uma apresentação para fazer. **Clarice Andrade** iniciou sua fala enquanto Lucas Nunes, preparava a apresentação, explicando que ele participaria da reunião como superintendente de gestão do Funcultura. Recordou que o Funcultura passou por uma reestruturação no ano anterior, tornando-se a Diretoria de Fomento da FUNDARPE, o que representou um ganho para a equipe de gestão, mantendo-se, contudo, a superintendência e a coordenadoria de gestão. Destacou que Lucas já exercia o cargo de superintendente há cerca de um ano. Em seguida, afirmou que seriam apresentados dados recentes do Funcultura referentes ao resultado do ciclo 2024/2025 e, posteriormente, as alterações previstas, ressaltando que as informações trazidas não constituíam a consolidação das contribuições recebidas, mas apenas as linhas gerais do edital. Explicou que o Funcultura realizava anualmente essa devolutiva aos Conselhos e que algumas contribuições não puderam ser apresentadas item a item naquele momento, pois isso exigiria a divulgação prévia do edital e da resolução, o que não era permitido antes do lançamento. Informou que essas contribuições seriam consolidadas e discutidas posteriormente. Relembrou a legislação que orientava o Funcultura, instituído em 1993 e regulamentado desde 2002, sendo atualmente regido pela Lei nº 16.113/2017. Informou que o planejamento para o edital a ser lançado previa um total de R\$ 39 milhões, distribuídos em cinco editais: geral, audiovisual música, microprojeto e patrimônio cultural. Apresentou os dados do ciclo 2024/2025, destacando que houve 570 inscrições, das quais 520 foram consideradas válidas. Apontou a concentração das inscrições na Região Metropolitana, seguida pelo Sertão, Agreste e Zona da Mata. Também apresentou informações sobre autodeclaração racial, identidade de gênero e perfil dos proponentes, ressaltando que a maioria dos projetos aprovados foi de pessoas físicas. Quanto aos projetos aprovados, informou a distribuição regional, evidenciando que a maioria não era da Região Metropolitana. Destacou ainda dados sobre diversidade racial, pessoas com deficiência e integrantes de povos e comunidades tradicionais entre os aprovados. Por fim, relatou as ações de capacitação realizadas ao longo do ciclo, incluindo atividades presenciais e



remotas, capacitações por linguagem, orientação para execução de projetos e participação em eventos como o festival Pernambuco Meu País. Encerrando sua fala, a pessoa passou a palavra a Lucas, que ficaria responsável por apresentar as linhas gerais e o planejamento do edital que seria lançado na data prevista. **Lucas Nunes**, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e informou que atuava na superintendência, acompanhando a diretoria, passando a apresentar as linhas gerais dos novos editais para o ciclo 2025/2026. Explicou que, a partir das contribuições recebidas, foi possível identificar pontos passíveis de melhoria, alguns dos quais foram acolhidos de imediato, enquanto outros seriam aprofundados em debates futuros. Ressaltou que, de modo geral, a estrutura dos editais permaneceu semelhante à anterior, com manutenção das categorias e dos valores já estabelecidos para cada uma. Em seguida, destacou as principais alterações implementadas. Informou a criação de um recibo de entrega do relatório de execução, passando a considerar os projetos como concluídos apenas após a emissão do recibo de prestação de contas. Apontou também a inclusão de um novo motivo de exclusão, prevendo a desclassificação de projetos que solicitassem valores acima do teto permitido para a categoria, medida adotada para evitar distorções na execução orçamentária. Acrescentou que o edital passou a definir de forma mais clara o prazo de validade e o período para assinatura dos termos de compromisso. Explicou ainda que foi vedada a troca de categoria dos projetos após a inscrição ou aprovação, por entender que tal prática feria a isonomia e a lisura do processo seletivo. Informou a redução do prazo de disponibilidade dos conteúdos anexados às propostas, que passou de cinco para três anos. Destacou ajustes na redação referente à obra audiovisual de direção coletiva, bem como o aumento do limite de tamanho dos arquivos anexados na plataforma, de 10 para 20 megabytes. No que se refere à resolução, relatou a reestruturação dos critérios de pontuação, especialmente nos critérios de qualidade da viabilidade técnica e qualidade artística, que passaram a contar com subcritérios para tornar a avaliação mais objetiva. Informou também o desmembramento do Distrito Estadual de Fernando de Noronha da Região Metropolitana para fins de pontuação e regionalização, destacando que a decisão foi motivada pelas especificidades socioeconômicas identificadas a partir das capacitações realizadas na ilha. Acrescentou que os critérios de indução aplicados à Mata, Agreste e Sertão passaram a valer também para Fernando de Noronha, em todos os editais. Detalhou a redistribuição dos pesos dos critérios de pontuação, visando equilibrar as políticas de regionalização e de indução relacionadas a raça, gênero, pessoas com deficiência e direção estreadante. Informou os novos pesos atribuídos a cada critério e destacou a inclusão da garantia mínima de aprovação de pelo menos dois projetos oriundos de Fernando de Noronha, de forma semelhante à reserva já existente para pontos de cultura. Relatou ainda que a resolução passou a contar com definições mais claras sobre critérios de indução e reserva de aprovação, incluindo um glossário explicativo. Apontou mudanças específicas em algumas categorias, como a exigência de inclusão de estudantes de cinema ou comunicação como estagiários nas categorias de longa-metragem e produtos para TV, a inclusão de jogos eletrônicos nas categorias de difusão e Revelando Pernambucos, a possibilidade de bolsas para participantes de baixa renda nas ações de formação e a atualização da nomenclatura de “games” para “jogos eletrônicos”, em conformidade com a legislação vigente. Por fim, apresentou dados comparativos entre os resultados de 2024 e 2025, destacando o aumento da participação de projetos de fora da Região Metropolitana, de profissionais com deficiência, de mulheres cis e trans e de pessoas negras ou indígenas



nas equipes. Avaliou que as alterações realizadas tiveram saldo positivo e que a nova redistribuição dos pesos buscava manter as políticas afirmativas, atendendo também às demandas por maior regionalização. Encerrando sua fala, informou que devolveria a palavra à Clarice para dar continuidade à pauta sobre os arranjos regionais. **Marcos Carvalho** iniciou sua fala agradecendo as apresentações realizadas por Lucas e Clarice, parabenizando os aprovados no 19º edital do audiovisual e desejando sucesso, inspiração e bons resultados aos contemplados. Em seguida, destacou um ponto que considerou especialmente relevante: a categoria Revelando os Pernambucos. Relatou que vinha realizando um estudo sobre os resultados dos editais do audiovisual, que seria publicado em um material comemorativo sobre os 20 anos do cinema no interior, e explicou que esse levantamento trouxe reflexões importantes. Recordou que, em edições anteriores dos editais, havia uma cláusula que garantia pelo menos um projeto aprovado por Região de Desenvolvimento (RD) na categoria Revelando os Pernambucos, assim como no cineclubismo, ressaltando a importância dessas categorias para o fortalecimento do audiovisual e para a promoção da diversidade em todo o estado. Ao analisar os editais mais recentes, observou que houve um aumento significativo de recursos destinados às categorias de longa-metragem e produtos para TV, enquanto, nas categorias Revelando os Pernambucos e cineclubismo, os valores previstos não garantiam a contemplação das 12 RDs. Considerou lamentável que, por uma diferença pequena de recursos, não fosse possível assegurar essa abrangência territorial, historicamente presente em edições anteriores. Ponderou ainda que, embora reconhecesse a complexidade e a necessidade de maiores investimentos em longas-metragens, uma redistribuição mais equilibrada dos recursos poderia permitir o fortalecimento das categorias voltadas à descentralização e ao desenvolvimento regional. Encerrou sua fala deixando essa reflexão para o grupo e agradecendo novamente a atenção de todos. **Lucas Nunes**, esclareceu, em sua fala, que as reservas continuavam previstas nos editais. Explicou que, em razão da reestruturação do edital do audiovisual, a organização anterior dificultava a compreensão, pois misturava regras de inscrição e de elaboração dos projetos. Relatou que, a partir dessa reorganização, as regras de inscrição passaram a ser apresentadas antes das regras de elaboração, o que possibilitou o desmembramento do instrumento em edital e resolução, conforme o modelo atual. Destacou que, em função dessa mudança, poderia haver ainda falta de familiaridade com a nova estrutura, mas reforçou que a reserva de regionalização permanecia garantida. Informou que a resolução, no item 5, referente às cotas de regionalização e reservas de aprovação, assegurava a seleção de pelo menos um projeto de cada uma das 12 macrorregiões tanto para a categoria de desenvolvimento de cineclubismo quanto para a categoria Revelando os Pernambucos. Por fim, enfatizou que essas reservas não foram retiradas dos editais e continuavam vigentes. **Marcos Carvalho** questionou, em sua fala, o limite financeiro estabelecido para a categoria, explicando que o teto de R\$ 60.000,00 por projeto, aliado ao valor total de R\$ 600.000,00, não permitiria contemplar os 12 projetos correspondentes às 12 Regiões de Desenvolvimento. Observou que, mesmo considerando o desconto de 10%, a garantia matemática de atendimento a todas as regiões não estaria assegurada no edital. Destacou ainda que havia participantes presentes que submeteram projetos em uma Região de Desenvolvimento que não teve nenhum projeto aprovado, inclusive uma das regiões com menor participação histórica no Funcultura, apesar de haver dois projetos inscritos na categoria. Reconheceu a importância da cláusula que garantia a



categoria Revelando os Pernambucos, mas propôs uma reflexão sobre a adequação do valor total previsto, ressaltando que, com o limite atual, os R\$ 600.000,00 não seriam suficientes para contemplar as 12 regiões. **Lucas Nunes**, explicou, em sua fala, que a situação foi identificada durante o processo de socialização e que, apesar disso, foi possível manter e cumprir a reserva de aprovação prevista para a categoria. Esclareceu que havia proponentes que solicitavam valores abaixo do teto e que o edital previa a possibilidade de redução de até 10%, o que permitiu o cumprimento das reservas naquele ano. No entanto, reconheceu que a alteração implementada para 2025 trouxe certa fragilidade ao modelo e informou que essa questão já havia sido corrigida para o edital do ano seguinte. Destacou que o teto da categoria foi ajustado justamente para garantir as reservas de aprovação sem prejuízos, afirmando que o problema estava sanado. **Maria Laura** se apresentou como representante do Conselho da região do Sertão, e, em sua fala, relatou uma dúvida em relação à diminuição da regionalização após a inclusão de Fernando de Noronha. Reconheceu que a argumentação apresentada lhe pareceu válida, porém questionou o fato de que, com essa inclusão, houve aumento da demanda e redução da oferta regional. Solicitou esclarecimentos sobre como essa mudança foi realizada, indagando se houve a realização de estudos prévios e quais foram as motivações que levaram à decisão de ampliar a demanda sem o correspondente aumento da oferta. **Lucas Nunes**, respondeu à Laura esclarecendo, em sua fala, que não houve diminuição da oferta, mas sim uma redistribuição dos pesos de pontuação. Explicou que a oferta era definida pelos tetos e limites das categorias e que a mudança realizada consistiu em uma reestruturação dos pesos, garantindo que o Distrito Estadual de Fernando de Noronha passasse a ser contemplado pelos critérios de regionalização. Esclareceu que, a partir dessa alteração, os critérios de indução de pontuação que antes beneficiavam projetos oriundos da Mata, do Agreste e do Sertão também passaram a contemplar proponentes de Fernando de Noronha. Ressaltou que, dessa forma, os projetos passaram a concorrer em condições de igualdade dentro de cada categoria. Destacou ainda que o Funcultura não trabalhava com percentuais fixos por Região de Desenvolvimento ou macrorregião, mas com políticas de indução e cotas de regionalização. Explicou que eram atribuídas pontuações diferenciadas para projetos das macrorregiões e garantidas cotas mínimas de aprovação, assegurando que, em cada categoria, a maioria dos projetos aprovados fosse oriunda de fora da Região Metropolitana, conforme a previsão de destinação de aproximadamente 51% das vagas às macrorregiões. **Maria Laura** informou, em sua fala, que havia registrado algumas perguntas no chat e solicitou esclarecimentos adicionais. Manifestou dúvidas sobre o relatório, questionando se o recibo seria emitido no momento da entrega da prestação de contas ou apenas após a avaliação. Apresentou ainda outras indagações, perguntando se permanecia a possibilidade de redução de até 10% dos valores, quais eram os pesos atuais atribuídos à regionalização e quais haviam sido os pesos anteriores. Por fim, questionou qual foi o número de inscritos de Fernando de Noronha em edições passadas dos editais. **Lucas Nunes**, esclareceu, em sua fala, que o recibo referente ao atestado de execução passaria a ser entregue no momento da apresentação do relatório de execução, sem necessidade de aguardar a análise, da mesma forma que já ocorria com a prestação de contas. Explicou que, anteriormente, o projeto era considerado concluído apenas com a entrega do relatório, mas que, a partir da mudança, a conclusão passaria a ser reconhecida mediante a emissão do recibo. Destacou que esse recibo deveria ser mantido pelo proponente como documento oficial da administração,



comprovando a entrega do relatório de execução. Ressaltou que o procedimento era equivalente ao recibo emitido na prestação de contas para solicitação de parcelas, diferenciando-se apenas por não estar vinculado à parte financeira, mas sim à execução do projeto. Concluiu afirmando que a medida oferecia maior segurança às partes envolvidas e tornava o processo mais organizado. Afirmou, em sua fala, que as demais questões já haviam sido respondidas anteriormente, esclarecendo que a possibilidade de redução de até 10% dos valores permanecia vigente por se tratar de uma previsão legal. Explicou que esse reajuste podia ser aplicado quando a comissão identificava valores em desconformidade com o mercado ou a necessidade de adequação financeira, a partir da análise da ficha técnica e orçamentária, podendo a comissão deliberativa indicar a redução do valor total pleiteado. Em relação à regionalização, informou que o tema já havia sido devidamente esclarecido. Sobre o número de inscritos de Fernando de Noronha em edições passadas, relatou que historicamente havia poucos registros e que o aumento recente de inscrições ocorreu principalmente após a realização das capacitações. Destacou que essas ações contribuíram para ampliar o conhecimento sobre o Funcultura, uma política de fomento consolidada há mais de 20 anos, mas ainda pouco conhecida em algumas regiões do estado, incluindo a ilha. Por fim, ressaltou que, com a presença das equipes em Fernando de Noronha, foi possível identificar tanto produtores mais antigos, que retomaram o contato com o programa, quanto novos fazedores de cultura que desconheciam a política de fomento. Informou que houve um aumento no número de inscritos naquele ano e que esses dados seriam posteriormente sistematizados e apresentados ao Conselho. **Maria Samara** afirmou, em sua fala, que, conforme já mencionado por Lucas, não houve retirada de regionalização, mas sim uma redistribuição dos critérios. Explicou que essa redistribuição precisava considerar outros fatores além da regionalização, como os percentuais de indução relacionados a raça, gênero e sexualidade. Declarou concordar com a importância de não reduzir a regionalização e ressaltou que, mesmo com a redistribuição, esse critério não ficaria em posição inferior. Relatou que, diante da demanda apresentada pelo Conselho, buscou-se um equilíbrio entre os diferentes critérios de indução, sem prejuízo à regionalização. Por fim, sugeriu a realização de um estudo sobre a distribuição dos recursos dentro do próprio Sertão, com recortes de gênero e raça, a fim de identificar possíveis discrepâncias e compreender melhor as especificidades internas das regiões descentralizadas, destacando a relevância desse panorama para o aprimoramento das políticas de fomento. **Lucas Nunes**, complementou, em sua fala, a colocação anterior, explicando que as alterações realizadas no edital de 2025, especialmente nos critérios de pontuação, decorreram de contribuições e sugestões apresentadas pelo próprio Conselho. Informou que as mudanças propostas para o ano seguinte também tinham a mesma origem, resultando do diálogo com o Conselho. Ressaltou que a intenção era compartilhar essa responsabilidade com os conselheiros, solicitando que o Conselho deliberasse e realizasse levantamentos ou estudos que indicassem formas mais adequadas de contemplar os critérios de indução, como gênero, raça, pessoas com deficiência e direção estreade, sem gerar disparidades ou prejuízos ao critério de regionalização. Destacou que a regionalização continuava sendo o critério com maior peso na pontuação total, embora agora apresentasse percentuais mais equilibrados em relação aos demais critérios de indução. Por fim, enfatizou o papel fundamental do Conselho em trazer a realidade do setor, contribuindo para uma melhor compreensão de seu funcionamento e para a aplicação



mais concreta e efetiva dessas diretrizes na formulação da política pública. **Maria Samara** destacou, em sua fala, a importância de aprofundar o debate de forma coletiva, reunindo todos os conselheiros, ressaltando que essa discussão não era nova e havia sido conquistada após muitas lutas históricas no âmbito do Conselho, especialmente protagonizadas por mulheres negras, citando exemplos de lideranças que estiveram à frente desse processo. Esclareceu que não se posicionava contra os critérios de indução, reconhecendo os avanços obtidos na ampliação e complexificação do debate sobre a hierarquização dessas categorias. No entanto, afirmou que, diante de demandas por redistribuição, era necessário analisar com atenção as especificidades envolvidas. Propôs a realização de um estudo diagnóstico que subsidiasse as decisões do Conselho, tanto a partir dos resultados dos editais quanto das realidades dos territórios. Ressaltou que o Sertão não deveria ser tratado de forma homogênea, pois apresentava contextos diversos, com possíveis desigualdades na distribuição de recursos entre gêneros e raças em diferentes regiões. Defendeu que esse diagnóstico fosse utilizado como base para deliberações futuras, inclusive para o próximo ano, e sugeriu a realização de mais encontros para análise cuidadosa de dados considerados fundamentais para a construção e o aprimoramento da política pública. **Milena Times** realizou uma colocação, em sua fala, com o objetivo de contextualizar a situação para participantes que não integravam o Conselho. Informou que a atual composição do Conselho tomou posse em 23 de setembro e que, na mesma data, ocorreu uma primeira reunião, da qual muitos conselheiros não conseguiram participar. Relatou que a ata dessa reunião levou mais de um mês para ser compartilhada e que, pouco tempo depois, foi solicitado o envio de sugestões para o próximo Funcultura Audiovisual, com prazo inferior a um mês após a posse. Afirmou que, diante desse curto intervalo, não houve tempo suficiente para que o Conselho, em sua atual composição, discutisse e se aprofundasse nas propostas apresentadas. Explicou que o que foi possível realizar foi apenas o envio de sugestões individuais por representação, a partir de suas bases, sem uma socialização e deliberação aprofundada no âmbito do Conselho. Destacou que algumas propostas sequer foram debatidas coletivamente. Nesse contexto, apontou que, naquele momento de transição da composição do Conselho, coube à gestão a responsabilidade de analisar, filtrar e acolher ou não as sugestões recebidas, tanto do Conselho quanto da consulta à sociedade civil. Ressaltou que, embora parte do que foi apresentado decorresse de demandas encaminhadas, essas não foram discutidas em profundidade pelo Conselho atual, em razão da falta de tempo hábil. Por fim, relatou que o Conselho solicitou prazos maiores para discussão e a realização de uma reunião extraordinária antes do envio formal das sugestões, o que não foi atendido sob a justificativa de que atrasaria os procedimentos burocráticos do edital. Concluiu defendendo que, para os próximos editais, fosse possível uma organização mais antecipada, a fim de permitir debates aprofundados sobre temas que, segundo afirmou, não eram consensuais. **Clarice Andrade** manifestou concordância, em sua fala, com a colocação de Milena, reconhecendo que a posse da nova composição do Conselho ocorreu em um período muito próximo ao processo de elaboração do edital pela gestão. Destacou que, como integrante do Conselho e representante da FUNDARPE, já havia solicitado, em reuniões anteriores, a inclusão de uma pauta específica para tratar do Funcultura, sugerindo que essa discussão ocorresse entre maio e junho, quando o edital estaria mais recente e possibilitaria uma análise mais aprofundada. Reforçou que, diante da ausência de uma proposta unificada do Conselho naquele momento, coube à gestão analisar



e decidir sobre as contribuições recebidas. Afirmou que a intenção foi realizar o melhor encaminhamento possível e que esperava que, após a publicação do edital, fosse possível aprofundar o debate. Ressaltou, contudo, a necessidade de lançar o edital até o final do ano, conforme o planejamento institucional. Explicou que a apresentação das linhas gerais aos Conselhos fazia parte de um processo de diálogo e devolutiva, colocando a gestão à disposição para participar de quantas discussões fossem necessárias. Destacou ainda que o Conselho também poderia se organizar de forma propositiva, sem depender exclusivamente de provocações da gestão, e reiterou a importância de reservar um momento específico ao longo do ano para discutir o Funcultura com mais tempo e profundidade, considerando as etapas burocráticas envolvidas. Por fim, agradeceu a escuta e reafirmou sua disponibilidade para o diálogo contínuo. **Maria Samara** afirmou que havia enviado um cronograma para avaliação e destacou que todos poderiam sugerir ajustes ou construir o planejamento de forma conjunta, considerando a possibilidade de reuniões extraordinárias. Reconheceu a correria de todos, mas ressaltou a importância do diálogo e da realização de estudos, enfatizando a necessidade de mensurar a realidade, pois os números não poderiam ser baseados em achismos. Disse que esse diagnóstico seria fundamental para a construção do Funcultura. Em seguida, perguntou se algum conselheiro ou conselheira gostaria de se manifestar e informou que havia lido os documentos recebidos do Stic, do Sertão e da Playnambuco, avaliando-os de forma positiva e concordando com a maioria das sugestões. Acrescentou que alguns pontos precisariam ser debatidos, especialmente aqueles que não havia compreendido plenamente, reforçando que seu interesse era entender melhor para estruturar o edital de maneira mais alinhada à realidade contemporânea das produções. Relatou que já havia feito comentários nos documentos e propôs a realização de uma reunião específica para debate e devolutiva das contribuições apresentadas, inclusive sobre a categoria de jogos e o contexto do sertão. Por fim, sugeriu que esse diálogo ocorresse na reunião de janeiro, perguntou a opinião dos presentes e questionou se alguém gostaria de fazer mais alguma colocação ou se poderiam seguir para a próxima pauta, referente aos arranjos regionais. **Aline Souza** afirmou que havia perdido parte da discussão e não conseguiu identificar se houve resposta à pergunta feita por Carol Vergulino no chat, referente à quantidade de produtoras audiovisuais cadastradas em Fernando de Noronha. Acrescentou a preocupação sobre como se daria a inserção de Fernando de Noronha no processo, considerando também os comentários feitos no chat sobre a questão orçamentária, destacando que não conseguiu compreender se haveria aumento de verba. Relatou ainda que, em experiência anterior na secretaria, havia sido identificado um caso em que uma empresa cadastrada incluiu uma pessoa negra recém-integrada, com cerca de seis meses, e que essa empresa foi aprovada como cota na LPG Pernambuco. Diante disso, questionou de que forma seria possível sistematizar a inserção de uma nova RD, bem como se daria a distribuição, se por empresa ou ME, quem seriam os integrantes e quais burocracias estariam envolvidas nessa nova relação e categoria da RD. Por fim, esclareceu que se tratava de uma observação inicial e manifestou concordância em aprofundar essas questões na reunião de janeiro. **Clarice Andrade respondeu** à Aline informando que havia visto a pergunta de Carol sobre os dados de Fernando de Noronha e que a equipe havia se comprometido a enviar essas informações ao Conselho. Explicou que seriam encaminhados os dados solicitados por Milena, incluindo a quantidade de inscritos, pessoas com deficiência, indígenas e os números gerais de

inscrições, esclarecendo que, no caso da pergunta sobre produtoras, o entendimento era de que se tratava do CPC. Acrescentou que já havia sido observado que mais da metade dos inscritos nos editais do audiovisual, situação que se repetia em outros editais, era composta por pessoas físicas. Ressaltou que apenas em categorias específicas, como longa-metragem e produtos para TV, existia a exigência de CNAE compatível com a Ancine, o que não se aplicava às demais categorias. Destacou, assim, que não seria necessário haver produtora em Noronha para acessar o edital. Por fim, reafirmou que os dados seriam enviados ao Conselho e esclareceu que Noronha não havia sido considerada uma categoria específica, mas sim uma região com particularidades, já que, por ser classificada como região metropolitana, enfrentava dificuldades de aprovação dentro dos critérios estabelecidos. **Aline Souza** afirmou que havia conseguido compreender parcialmente as respostas e mencionou a fala do conselheiro Marcos, que apontou que uma RD havia ficado de fora, indicando, a partir de sua própria verificação, que se tratava do Sertão de Itaparica, solicitando correção caso estivesse equivocada. Em seguida, refletiu sobre a forma como os dados costumavam ser analisados, destacando que, muitas vezes, o debate se baseava apenas em percentuais, como a recorrente referência a mais de 50% de aprovação. Como contribuição para reflexão da comissão, ressaltou que, em sua segunda reunião enquanto conselheira representante pelo Stic, observou que apenas duas regiões — a Região Metropolitana do Recife e o Agreste Central — já concentravam 56% das aprovações. A partir disso, propôs a ampliação do debate, com a inclusão de mais pessoas desses setores e uma reflexão também sobre as apresentações e representações dos próprios conselheiros, considerando não apenas o recorte regional, mas também interseccionalidades relacionadas a gênero, povos originários, pessoas com deficiência e comunidades quilombolas, reconhecendo os diferentes saberes que esses sujeitos poderiam trazer para o debate e encerrando sua fala agradecendo a Clarice e a Lucas. **Maria Samara** destacou a relevância da pergunta direcionada a Lucas e Clarice, afirmando que ainda não havia identificado na minuta como estava prevista a indução para estagiários de cinema e comunicação. Questionou de que forma essa proposta havia sido pensada para o interior, considerando a escassez de cursos de graduação, especialmente de cinema, nessas regiões. Em seguida, manifestou concordância com a importância do tema e defendeu que fossem consideradas também formações não acadêmicas, ressaltando que, no interior, existem outras formas de qualificação, como experiências em coletivos, pontos de cultura e ações formativas não universitárias. Observou que esses espaços frequentemente constituem a porta de entrada para a produção cinematográfica, por meio de oficinas e de grupos permanentes de formação existentes em algumas cidades. Por fim, reforçou a importância de refletir sobre essa questão e solicitou que Lucas pudesse esclarecer como essa parte havia sido pensada. **Lucas Nunes**, esclareceu que a previsão de estágio não havia sido estabelecida como uma indução. Explicou que a exigência de estagiários estava vinculada especificamente às categorias de longa-metragem e produtos para TV, que só poderiam ser pleiteadas por empresas jurídicas cadastradas na Ancine como produtoras brasileiras. Destacou que se tratava de uma exigência dessas categorias e que não haveria qualquer tipo de indução ou reserva de aprovação para projetos que incluíssem estudantes como estagiários nas equipes. Por fim, afirmou que os projetos dessas categorias deveriam obrigatoriamente contar em suas equipes com pelo menos um estagiário, sendo exigido que esse estagiário fosse da área de cinema ou comunicação, tanto para longa-metragem quanto para produtos para TV.



Clarice Andrade informou que o edital deveria ser explicado no dia 30 e ressaltou que a segunda proposta havia sido encaminhada por meio do Conselho, se não falhasse a memória, pelo STIC. Relatou que a equipe havia tentado acolher as contribuições possíveis da melhor forma e que se entendeu que a exigência de estagiário teria menor impacto para produções com maior volume de recursos e melhor estrutura de produção. Acrescentou que, naquele momento, não via mais possibilidade de aprofundar discussões, afirmando que o prazo já não permitia novos debates. Avaliou que talvez ainda fosse possível tentar retirar a exigência, embora não tivesse certeza disso, pois o esforço estava concentrado em viabilizar a publicação do edital. Reconheceu a dureza da colocação, pediu desculpas pelo tom e reforçou a urgência da situação. **Marlon Meirelles** cumprimentou os presentes e afirmou que vinha acompanhando as discussões, passando a contribuir como representante do Agreste, especialmente em relação a dois pontos ligados à questão do estagiário. Inicialmente, trouxe uma observação de ordem operacional, relatando experiência anterior em projeto do Funcultura, na qual a exigência formal de estagiário implicava que a empresa proponente estivesse associada ao CEE, gerando uma burocracia significativa, com taxas e obrigações adicionais. Avaliou que, na prática, muitas vezes seria mais viável contar com figuras como assistente de produção ou produtor júnior, que estariam em processo de aprendizagem, mas sem a necessidade dessa formalização, destacando a importância de amadurecer a discussão sobre como operacionalizar essa exigência e quais seriam os custos e impactos para os projetos, especialmente em produções de longa-metragem. Em seguida, manifestou preocupação em relação aos produtores do interior, tanto do Agreste quanto de outras regiões, quanto à redução do percentual de pontuação de regionalização de 10% para 5%. Ressaltou que muitos avanços no acesso do interior às linhas do Funcultura decorreram justamente dessas pontuações ao longo do tempo. Questionou se os 10% já vinham sendo aplicados em edições anteriores do edital e ponderou que a redução representaria uma diminuição de 50% desse critério, o que poderia gerar impactos relevantes. Sugeriu, assim, a apresentação de uma linha do tempo mais ampla, para além da comparação de apenas um ou dois anos, de modo a avaliar com mais segurança os efeitos dessa mudança sobre os projetos do interior. **Lucas Nunes**, explicou que, ao analisar a linha do tempo, observou que, até 2024, a regionalização e os demais critérios de indução — como direção estreada, pessoa com deficiência, gênero e raça — representavam, cada um de forma isolada, cerca de 5,6% da composição da nota total. Esclareceu que o percentual de 10% para a regionalização passou a vigorar apenas a partir da alteração realizada no edital de 2025, em detrimento dos demais critérios, que permaneceram com aproximadamente 5% cada. Acrescentou que, com a mudança atual, a regionalização retornava a um percentual semelhante ao que era praticado até 2024, inclusive ligeiramente superior ao adotado naquele período, ao mesmo tempo em que houve um reajuste nos demais critérios de indução. Destacou que o que vinha sendo interpretado como uma queda deveria ser compreendido como uma readequação, visando retomar um cenário mais próximo do que historicamente foi aplicado até 2024. **Aline Souza** questionou Lucas sobre o que seria possível fazer dentro da realidade dos prazos, destacando a existência de questões sensíveis que precisariam ser consideradas. Afirmou ser importante compreender qual era o tempo disponível e se ainda havia possibilidade de realizar alterações, especialmente no que se referia à questão dos estagiários, reconhecendo sua importância, mas ressaltando a necessidade de entender melhor os critérios envolvidos e seu impacto em termos de



inclusão. Refletiu que, de forma imediata, seria preciso avaliar o que poderia ser prejudicial e ponderou sobre a possibilidade de rever critérios, sugerindo, como alternativa, a atribuição de pontuação para produções que apresentassem esses profissionais, de modo a abranger não apenas estudantes com formação acadêmica. No entanto, enfatizou que seria fundamental compreender melhor esses critérios e verificar se haveria tempo hábil para tais mudanças, considerando a necessidade de publicação do edital, ao mesmo tempo em que defendeu o aprofundamento do debate sobre o tema. **Lucas Nunes**, explicou que a questão do estagiário não poderia ser tratada como pontuação, pois isso configuraria um novo critério de indução e exigiria o recálculo de toda a distribuição percentual atualmente em debate, envolvendo regionalização, critérios profissionais, raça, pessoa com deficiência e direção estreada. Destacou que a inclusão de mais um critério demandaria um novo estudo de redistribuição das induções, o que tornava essa possibilidade inviável no momento. Acrescentou que também não seria possível adotar uma pontuação de bonificação, conforme sugestão apresentada, reiterando que não havia viabilidade técnica para tratar o tema por meio de pontuação diferenciada. Ressaltou que a exigência havia sido uma contribuição do Conselho incorporada ao debate, mas que, diante das implicações identificadas, seria possível decidir pela retirada dessa previsão do edital, caso o Conselho entendesse que ela poderia gerar prejuízos. Afirmou que essa exclusão ainda poderia ser feita até a data de publicação do edital. Em relação aos critérios de regionalização e à redistribuição dos pesos, esclareceu que não seria possível retornar aos moldes anteriores a 2024, quando o edital contava com 12 critérios de pontuação. Explicou que, a partir de 2025, o edital passou a ser estruturado com base em sete critérios, definidos a partir de um estudo realizado no ano anterior, que absorveu parte dos critérios antigos. Indicou que as alternativas possíveis seriam manter o cenário de 2025, com os pesos então adotados, ou realizar um reajuste e readequação para um modelo mais próximo do praticado até 2024, ainda assim priorizando a regionalização. Concluiu afirmando que a proposta apresentada para 2026 buscava manter a prioridade da regionalização, como em 2025, mas com maior equilíbrio em relação ao histórico do Funcultura. **Maria Samara** disse que apenas queria pedir para que os conselheiros se pronunciassem e revisassem a exigência de estagiários, questionando se o grupo poderia retirar esse ponto do edital e aprofundar a discussão no próximo ano. **Clarice Andrade** afirmou que, se os conselheiros quisessem, seria possível retirar o item referente à exigência de estagiário, destacando que o grupo recebeu uma orientação do Conselho e, por isso, deveria retirar essa exigência, já que o próprio Conselho atualmente não a pratica. **Milena Times** afirmou que queria reiterar que a proposta partiu de apenas uma cadeira de um Conselho composto por 16 cadeiras e que o tema não havia sido discutido anteriormente, destacando que a discussão estava ocorrendo apenas agora, quando deveria ter acontecido um mês antes, já que a reunião foi demandada e, às vésperas do lançamento do edital, estavam debatendo algo que não havia sido tratado antes, infelizmente. **Clarice Andrade** afirmou que não podia dizer que não sentia o impacto da situação, reconhecendo que concordou que não houve discussão prévia no Conselho, mas ressaltando que, quando o Conselho encaminha uma proposta, isso tem um peso diferente. Destacou que a cadeira do STIC chegou por meio do Conselho e que todos ali também estavam trabalhando, inclusive ele próprio. Disse que não havia problema em retirar o ponto, caso o Conselho não concordasse mais, esclarecendo que não tinha objeção a isso, mas explicou que tentou atender a um encaminhamento do Conselho. Por fim, afirmou que



o item ainda poderia ser retirado, porém considerou importante deixar esse registro. **Maria Samara** afirmou que acreditava que a maioria concordava em retirar o ponto, ressaltando também a importância de aprofundar a discussão para entender como implementar a medida com rigor, no sentido de responsabilidade na contratação. Destacou que, diante do consenso, o grupo compreendia que deveria retirar o item da minuta do edital naquele momento e seguir com o processo. **Milena Times** pediu desculpas por ter interrompido Clarissa e afirmou que queria deixar explícito que, ao se dizer que foi uma proposta encaminhada pelo Conselho, poderia parecer que o Conselho se reuniu e construiu uma proposta unificada enviada à gestão, o que não aconteceu. Explicou que isso não ocorreu por falta de prazo e de adesão dos conselheiros para uma reunião unificada, ressaltando que apenas uma cadeira do Conselho fez a sugestão, a qual não foi discutida previamente. Disse que a discussão estava acontecendo agora justamente para não dar a impressão de que houve um consenso anterior do qual se estivesse voltando atrás. Pediu que constasse em ata que as propostas foram enviadas de forma unilateral por cada conselheiro, sem um momento de socialização, discussão e debate para a construção de uma proposta unificada do Conselho. Afirmou que o grupo estava arcando com as consequências da ausência dessa discussão prévia, debatendo, a uma semana do lançamento do edital, a inclusão ou não de propostas que poderiam ter sido discutidas anteriormente em reunião extraordinária, mas para as quais não houve tempo hábil nem adesão. **Aline Souza** afirmou que queria reforçar e fortalecer a fala de Milena, destacando que não houve uma reunião suficientemente aprofundada para chegar àquele momento, inclusive para amadurecer as próprias sugestões apresentadas. Ressaltou que todas estavam ali na condição de trabalhadoras, que não eram remuneradas por participar do Conselho e conciliavam essa atuação com diversas outras atividades, enfatizando que aquele tempo também era trabalho. Disse considerar importante o debate e a possibilidade de estarem reunidas naquele momento, explicando que a retirada do ponto tinha o intuito, conforme já apontado pela maioria, de permitir um aprofundamento adequado no tempo devido. Por fim, afirmou que lamentavam a situação, agradeciam o espaço e seguiriam no sentido de se fortalecer e compreender como implementar a proposta, diante do entendimento majoritário sobre a necessidade de dar visibilidade ao trabalho dos estudantes, dentro e fora das universidades. **Maria Samara** afirmou que, por fim, leria o comentário de Laura e, em seguida, poderiam passar para a próxima pauta, referente aos arranjos regionais. Destacou que era muito importante incluir novos profissionais nas produções e que considerava a ideia positiva, mas ponderou que, se restrita apenas a faculdades de cursos técnicos, isso dificultaria propostas do interior. Ressaltou a importância de retomar essa discussão no ano seguinte e concluiu informando que foi deliberado que o item seria retirado, permitindo assim o encaminhamento para a pauta dos arranjos regionais. **Clarice Andrade** explicou que, sobre os arranjos regionais, em 2 de dezembro foi publicada no Diário Oficial a lista das propostas classificadas no edital, na qual Pernambuco teve sua proposta classificada e aprovada. Informou que a proposta totalizou 24 milhões de reais, sendo 20 milhões do FSA e 4 milhões como contrapartida do Governo de Pernambuco, aportada pela ADEPE, além de um aporte extra de 600 mil reais dos agentes bancários, fora da contrapartida obrigatória, via FUNDARPE. Disse que, assim, o chamamento alcançaria 24 milhões de reais, com esse valor adicional. Relatou que, em 11 de dezembro, ocorreu a primeira reunião de alinhamento com as equipes da SAV, da ANCINE e dos entes aprovados, e que, naquele momento, aguardavam



eventual diligência, a qual, se ocorresse, teria prazo de 30 dias para resposta. Após isso, seria firmado um primeiro termo e, na sequência, apresentado o edital para aprovação, seguindo então o trâmite previsto. Explicou que o chamamento foi estruturado conforme as exigências do edital dos arranjos, com algumas linhas financiadas com recursos do FSA e outras com recursos da contrapartida local. Com recursos do FSA, seriam fomentadas a produção e finalização de longas-metragens, a produção de conteúdos para televisão e VOD, bem como a comercialização e distribuição de obras audiovisuais cinematográficas de longa-metragem. Com recursos do Estado de Pernambuco, seria trabalhada exclusivamente a difusão de obras. Detalhou que, no caso da produção de longas, seriam contemplados os gêneros animação, ficção e documentário, incluindo também a finalização, entendida como o processo técnico e artístico de conclusão das obras. Ressaltou o perfil obrigatório dos proponentes para os recursos do FSA, restritos a pessoas jurídicas, exceto MEI, registradas na ANCINE como empresas produtoras brasileiras. Explicou ainda que, no fomento à produção para TV e VOD, seriam contempladas obras seriadas, telefilmes e outros formatos e gêneros, com primeira exibição em meios televisivos ou plataformas, também com recursos do FSA e as mesmas restrições de perfil. Acrescentou que outra linha com recursos do FSA seria o fomento à comercialização e distribuição de longas-metragens, contemplando estratégias de circulação, negociação, exibição e divulgação, incluindo a confecção de cópias e materiais promocionais. Em relação aos recursos locais, informou que seriam financiadas ações de difusão, como festivais e mostras de cinema e audiovisual, com ao menos uma ação formativa, além de fomento à pesquisa voltada ao estudo, mapeamento e sistematização de dados do audiovisual pernambucano, permitindo a participação de pessoas físicas e jurídicas. Mencionou também o fomento a iniciativas de memória e preservação, como restauração de obras, requalificação de acervos, organização, catalogação e criação de bases de dados, com a exigência de garantia de acesso público ao conteúdo. Citou ainda os núcleos criativos, voltados ao desenvolvimento colaborativo de projetos audiovisuais por empresas produtoras brasileiras independentes do setor pernambucano, bem como o fomento à produção de curtas e médias-metragens de ficção, documentário ou animação, e à produção de games experimentais e autorais de pequeno porte, nestes casos permitindo proponentes pessoas físicas ou jurídicas. **Maria Samara reforçou** que o plano elaborado e aprovado incorporou praticamente todas as sugestões apresentadas pelos produtores que participaram do processo, destacando que o conteúdo refletia o que constava no documento construído coletivamente, inclusive com a participação de Carol. Afirmou que, caso houvesse dúvidas, elas poderiam ser esclarecidas. Acrescentou que foi decidido que o edital seria regido pelo Marco Regulatório de Fomento à Cultura, adotando um modelo menos burocrático de pagamento, com repasse direto e não parcelado, nos mesmos moldes de execução utilizados nos pagamentos da PNAB. **Clarice Andrade** complementou informando que houve uma mudança no formato do chamamento, não por orientação da equipe, mas por diretriz do novo modelo, esclarecendo que cada projeto passaria a receber recursos de apenas uma fonte: projetos financiados pelo Governo do Estado receberiam exclusivamente recursos estaduais, e os financiados pela ANCINE receberiam apenas recursos da ANCINE. Avaliou que essa mudança seria positiva para todos, pois anteriormente havia desconexões entre os repasses, o que gerava atrasos, já que diferenças entre as regras da ANCINE e do Funcultura acabavam impactando a execução das obras. Ressaltou ainda que



todas as categorias passariam a receber os recursos em parcela única. Disse que a equipe estava trabalhando intensamente no calendário, embora ainda não houvesse uma data definida para o lançamento, pois os editais precisavam ser aprovados pela ANCINE e pela comissão de edital. Afirmou que o objetivo era realizar todo o processo com a maior rapidez possível, garantindo a lisura, para viabilizar os pagamentos e a execução da contrapartida, permitindo que a ANCINE iniciasse os contratos. Destacou o empenho da equipe e mencionou que o Funcultura Audiovisual já havia pago 100% do orçamento previsto, demonstrando a boa execução do programa. Esclareceu que o edital não teria nenhuma implicação sobre o Funcultura Audiovisual, por se tratarem de regras distintas, e que os recursos poderiam ser complementares, permitindo, por exemplo, a aprovação de produção em um momento e finalização ou distribuição em outro. Por fim, disse que não tinha informações imediatas sobre os tetos de valores e que pediria ao superintendente Lucas, que também é advogado, para se posicionar sobre a possibilidade de compartilhar essas informações. **Milena Times afirmou** que gostaria de aproveitar para complementar a pergunta, tomando como exemplo um projeto que pleiteou produção no Funcultura e finalização nos arranjos regionais. Destacou que os tetos atuais do Funcultura são baixos, especialmente para longas-metragens e produtos para TV, o que faz com que muitos projetos necessitem de mais de uma fonte de recurso para alcançar o orçamento de produção. Questionou, então, se o mesmo projeto poderia solicitar, na mesma etapa e categoria de produção, recursos tanto no Funcultura quanto nos arranjos regionais, como forma de complementação financeira para viabilizar a produção, finalização ou outras etapas em que o teto do Funcultura não seja suficiente. **Clarice Andrade** afirmou que ainda não poderia dar uma resposta definitiva à pergunta, explicando que, a princípio, não via conflito, por se tratarem de fontes e chamamentos diferentes, mas preferia responder posteriormente com mais segurança. Ressaltou que o processo ainda estava em fase inicial, com apenas o resultado do edital e uma primeira reunião de alinhamento, e que nem a equipe nem os demais entes participantes tinham todas as respostas naquele momento, pedindo paciência e compartilhando o caráter coletivo de aprendizado. Esclareceu que o recurso da contrapartida da ADEPE estava garantido, com dotação orçamentária e declaração formal, condição inclusive necessária para a participação no edital, e que o ajuste legal para a destinação dessa contrapartida seria formalizado, com tratativas previstas para janeiro. Informou que o recurso da FUNDARPE ainda não havia sido repassado e que o instrumento de transferência ainda estava em definição. Comunicou também que o lançamento do Funcultura Audiovisual estava previsto para 30 de dezembro. Disse que o andamento do edital dependia de eventual diligência, cujo motivo ainda não havia sido comunicado, e que, caso ocorresse, haveria um prazo de 30 dias para resposta, seguido da assinatura de termo com a ANCINE e, posteriormente, da apresentação do edital para aprovação. Avaliou que, do ponto de vista da equipe, o lançamento poderia ocorrer após o carnaval, embora o cronograma dependesse de trâmites externos. Destacou o compromisso do governo em atuar com agilidade e responsabilidade, garantindo lisura nos processos e maior rapidez no repasse dos recursos. Por fim, afirmou que a discussão sobre um novo edital deveria ser retomada em janeiro, quando os prazos estivessem mais definidos, e esclareceu que, embora não houvesse obrigação formal de regionalização no edital, o Estado optou por adotar a política de regionalização já praticada em Pernambuco, deixando a definição de percentuais para discussão posterior. **Maria Samara** informou que



passaria para a pauta da PNAB, perguntando se poderia avançar, e destacou que eventuais dúvidas poderiam ser encaminhadas pelo grupo. Relatou que, no dia 10 de dezembro, foi lançado o edital de Multilinguagens, com especificações voltadas ao audiovisual, enquanto os demais editais ainda estavam em processo de aprovação na PGE. Explicou que essa pauta já havia sido debatida anteriormente e que, no edital de Multilinguagens, seriam contempladas 20 propostas no valor de R\$ 100.000,00 cada, totalizando R\$ 2 milhões destinados à linguagem audiovisual. Disse que o edital buscou abranger o maior número possível de categorias, incluindo desenvolvimento de roteiro para longas e séries, produção de álbum visual, curtas-metragens e jogos, além de finalização e pós-produção. Justificou a inclusão da categoria de finalização como forma de evitar distorções ocorridas no ciclo anterior da Política Nacional Aldir Blanc, quando houve conflitos de entendimento entre pareceristas. Acrescentou que o edital também contemplava circulação e difusão, pesquisa e preservação, afirmando que o texto estava claro e acessível, e que a equipe estava disponível para esclarecer dúvidas tanto de conselheiros quanto de proponentes. Comentou que outros editais da PNAB estavam em curso, como os de internacionalização, festivais, formação e premiações, mas preferiu encaminhar essas informações por escrito para evitar equívocos, mencionando que o Conselho já havia recebido um documento com esse detalhamento. Informou que as inscrições do edital já estavam abertas e seguiriam até janeiro, ressaltando que o teto de R\$ 100.000,00 foi uma conquista do Conselho. Reafirmou a disposição da equipe em apoiar os proponentes durante o processo de inscrição. Em seguida, apresentou um retorno sobre o Fundo Estadual de Cultura, explicando que a criação do fundo como instrumento legal e financeiro havia sido encaminhada à ALEPE, etapa necessária para a abertura de um CNPJ específico e para a execução mais estruturada dos recursos. Disse que aguardavam a resposta da ALEPE para, então, retomar o debate público sobre o Sistema Estadual de Cultura, que definiria regras de governança e participação social. Informou que esse era o retorno disponível no momento e que eventuais dúvidas poderiam ser encaminhadas para posterior esclarecimento. Na sequência, mencionou a pauta do Fest Cine, ressaltando sua importância histórica e pessoal em sua formação, lembrando que o festival foi fundamental para a exibição de seus primeiros curtas independentes. Disse que, desde o ano anterior, a equipe vinha debatendo a retomada do Fest Cine e que um valor havia sido incluído no plano orçamentário com a perspectiva de realização do festival em 2026. Esclareceu que ainda não havia confirmação definitiva, pois dependiam da aprovação orçamentária, mas afirmou que a retomada do Fest Cine estava no horizonte da política pública da Secretaria de Cultura, com expectativa de retorno até março do ano seguinte. **Iadirê** se apresentou como assessora de audiovisual da Secretaria de Cultura, e explicou que atuava junto com Maria e Luciana Aquino na retomada do programa Cinema de Rua Vivo, também chamado de Crivo. Disse que o objetivo era retomar as exibições nas salas de cinema de rua, não de forma simples, mas estruturada, com suporte baseado em quatro eixos principais: formação, programação diversificada, consolidação de rede entre as salas e acompanhamento do funcionamento dessas práticas de exibição nos territórios. Afirmou que a proposta buscava democratizar o acesso às salas de cinema, unindo aspectos técnicos e afetivos, com foco na formação de técnicos locais para atuação nos territórios. Destacou a prioridade para obras do cinema pernambucano, de diferentes formatos, com o objetivo de formar público, estimular o pensamento crítico e fortalecer a articulação cultural local, inclusive com a participação de



artistas e pontos de cultura nos territórios. Ressaltou a importância da preservação e do fortalecimento da arquitetura dos cinemas de rua e da consolidação de uma rede de salas ativas, capazes de gerar continuidade e manutenção das atividades. Enfatizou o recorte pedagógico do programa, que propunha a integração com escolas, universidades e outras instituições educacionais, entendendo o cinema como espaço de aprendizagem e ampliando o acesso de públicos diversos. Explicou que o programa visava garantir periodicidade às ações, promover debates pós-sessão e assegurar uma curadoria baseada na diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade, territorialidade, estética e formatos, refletindo a pluralidade real dos territórios. Informou que a equipe estava organizando metas, articulações e a definição das primeiras salas a serem estruturadas, em parceria com instituições como Secult, Fundarpe, Fundação Joaquim Nabuco e universidades. Por fim, destacou a importância do diálogo com o Conselho no processo de construção do programa, afirmando que a participação dos agentes culturais era fundamental para garantir uma retomada coletiva, com resultados concretos para o cinema pernambucano. **Maria Samara** agradeceu a apresentação de Iadirê e complementou ressaltando que o principal desafio do programa era a criação e consolidação de uma rede de salas de cinema de rua, explicando que se tratava de uma retomada de um programa já existente, sem descaracterizá-lo, mas agregando novas dimensões. Destacou que a proposta buscava fortalecer a cultura de relação com as salas de cinema, sobretudo no interior e em regiões descentralizadas, a partir de eixos como formação, programação diversificada e consolidação da rede, com objetivos e metas já quase finalizados em documento que seria posteriormente apresentado ao Conselho. Afirmou que a construção dessa rede exigia articulação com diversos parceiros institucionais e entidades representativas do setor, enfatizando a importância do envolvimento coletivo para preservar não apenas os equipamentos físicos, mas também as pessoas que historicamente salvaguardam esses cinemas nos territórios. Citou exemplos de cinemas de rua mantidos por resistências locais e destacou a relevância de pensar o patrimônio a partir das pessoas e das memórias desses espaços. Informou que ações iniciais já haviam ocorrido em Triunfo e que outras estavam previstas, como no Cine Teatro Marco Camarote, em Paudalho, além da intenção de convidar conselheiros para construir coletivamente as próximas etapas do programa. Em seguida, reforçou a importância das pesquisas desenvolvidas pelo coletivo Cine de Rua e leu uma contribuição que ressaltava que, após a LPG, muitas salas passaram por revitalização, mas que os gestores municipais ainda necessitavam de suporte contínuo do governo estadual, incluindo formação técnica, capacitação de programadores, acompanhamento de programação e adequação às normativas, para garantir o funcionamento regular dessas salas e a circulação das produções pernambucanas. Explicou que fez questão de compartilhar essas informações antes do fim do ano, destacando a importância do diálogo com o Conselho na construção das políticas públicas de audiovisual. Acrescentou que o programa ainda estava em fase de definição de monitoramento e escolha de equipamentos prioritários, e que essas informações seriam posteriormente apresentadas de forma mais concreta. Na sequência, apresentou informes sobre a Film Commission, esclarecendo que se tratava de um projeto estratégico e prioritário da ADEPE, em fase de estruturação jurídico-administrativa, com necessidade de planejamento específico e de uma minuta de decreto para sua implementação. Destacou que o processo estava em andamento, embora em ritmo mais lento do que o esperado, devido às exigências institucionais, e que a pauta seguia como prioridade, assim como a



perspectiva de um edital de internacionalização. Por fim, trouxe um balanço do Festival de Cinema de Triunfo, afirmando que aquela edição foi especialmente significativa, com um tema voltado ao encantamento e à relação do sertão com a imagem e a fabulação. Relatou que o festival buscou uma perspectiva mais artística e poética, com forte integração ao território, participação ativa da população local, ações formativas em quilombos, composição diversa do júri e envolvimento de instituições e entidades do setor. Avaliou que o formato da programação funcionou bem e destacou a importância de revisar e atualizar o edital do festival, propondo a criação de um grupo de trabalho para repensar critérios de curadoria, especialmente para longas-metragens, à luz das transformações contemporâneas do cinema. Concluiu ressaltando o caráter coletivo, sensível e transformador da edição, agradecendo à equipe e às parcerias envolvidas. **Iadirê** afirmou, em nome de todos os integrantes da equipe, que Maria Samara sempre se entregou de forma muito bonita e dedicada ao que fazia. Destacou que o grupo se considerava muito sortudo por ter o audiovisual coordenado por alguém tão coerente, precisa e que utilizava o diálogo como base. Disse que o Festival de Triunfo foi um reflexo desse trabalho, evidenciado pelos elogios, pelas emoções e pelo cuidado presentes em sua coordenação. Ressaltou a importância e a grandiosidade desse trabalho para o audiovisual pernambucano, especialmente pelo zelo demonstrado. Concluiu agradecendo, tanto como integrante da equipe quanto como indivíduo e cineasta, afirmando que aquele agradecimento representava não apenas sua fala, mas a de todos os presentes, finalizando com elogios à Maria Samara. **Maria Samara** agradeceu, destacando que Iadirê vinha construindo ações bonitas e levando poesia por onde passava. Relatou uma fala de Cynthia sobre as dificuldades das trajetórias e a importância de nunca esquecer de onde se vem, afirmando que isso guiava o coração e sua presença ali, não apenas por si mesma, mas por uma visão permeada de referências que precisavam ser ouvidas. Disse que esse princípio orientava também o horizonte para o próximo ano, reforçando, em tom de mensagem de Natal e fim de ano, a necessidade de lembrar as origens. Acrescentou que o Conselho representava um grande aprendizado, reconhecendo que, apesar dos sustos, eles ajudavam a ampliar o olhar e a reflexão. Encerrou desejando feliz Natal e feliz ano novo, agradecendo a todos, e registrou o agendamento da reunião extraordinária de devolutivas para o dia 27 de janeiro. A secretária do Conselho **Maria Samara** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Lavrando assim a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

Maria Samara (Secretária do Conselho)

Maria Laura da Silva Castor

Secretaria
de Cultura



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Aline Souza da Silva

Cynthia Gomes Falcão

Marlon Meirelles Silva

Maurício Corrêa da Silva

Clarice de Melo Andrade

Antônio Marcos Gomes

Milena Times de Carvalho